

Atividade Coureira de Base Artesanal: um estudo sob a luz do projeto Municípios Educadores Sustentáveis (MES) para fins da Gestão Sócio Ambiental

Jean Carlos Machado Alves

Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ

RESUMO

O presente trabalho trata de um estudo sobre uma proposta de instalação e desenvolvimento de um Programa de Municípios Educadores Sustentáveis (MES) em clusters da atividade coureira de base artesanal, tendo como base as cidades de Dolores de Campos e Prados em Minas Gerais e as experiências de alguns municípios de São Paulo e Minas que se uniram para instalar o MÊS como é o caso da cidade de Camanducaia (sul de Minas).

O Programa Municípios Educadores Sustentáveis, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, propõe promover o diálogo entre os diversos setores organizados, colegiados, com os projetos e ações desenvolvidos nos municípios, bacias hidrográficas e regiões administrativas. Ao mesmo tempo, propõe dar-lhes um enfoque educativo, no qual cidadãos e cidadãs passam a ser editores/educadores de conhecimento socioambiental.

Palavras Chaves: MES ; Educação Ambiental; Gestão Sócio Ambiental.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente compreende não só a natureza com seus diferentes elementos vegetais, minerais e animais, como também os espaços construídos e habitados por nós, sejam urbanos ou rurais e que constituem o meio em que vivemos, nossa casa, nossa cidade, nosso município, nossa região, nosso planeta. Desse modo, o planejamento que busca a proteção da natureza e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, inclusive das gerações futuras, pode ser chamado de socioambiental, abordagem que orienta cada vez mais as políticas ambientais em nosso país.

Para o poder público local, a falta de recursos financeiros tornou-se um grande empecilho à implementação de políticas públicas capazes de reverter o quadro de pobreza, além da falta de infra-estrutura e do mau uso do patrimônio coletivo. A crise é ampla, é histórica, é mundial. Nenhum governo sozinho pode, neste momento, dar conta de tantos problemas.

O que aparece como uma luz no fim do túnel é o compartilhamento de responsabilidades, somando esforços e coordenando ações interinstitucionais, a fim de melhor aproveitar os recursos materiais e humanos em condições sustentáveis. Isto significa envolver a sociedade na formulação e implementação de políticas públicas, redefinindo prioridades para incluir a proteção do bem comum e os desejos e anseios da população.

Portanto, o processo de sustentabilidade local é uma construção política que exige a transformação dos modelos de gestão local, das concepções, dos comportamentos da sociedade e dos gestores públicos. Sabemos que a mudança na gestão é um processo e, por isso, é lenta e requer acompanhamento, avaliação e reflexão. É necessário formar pessoas para isso, exercitando cotidianamente novas competências, a fim de prepará-las para a gestão participativa. E é sobre esta aprendizagem que trata o Programa Municípios Educadores Sustentáveis.

A atividade coureira de base artesanal de Dores de Campos e Prados sobrevive desde o século XIX e tem sido fator que propicia trabalho, emprego e renda no âmbito das duas cidades. Em Dores, esta atividade é de grande significado e, atualmente, são desenvolvidos vários produtos de base artesanal de couro. Em Prados, desenvolve-se outros produtos, tais como, produtos de madeira, palha, cerâmica, ferro e latão. Prados apresenta um ótimo potencial turístico.

Na cidade de Dores, o cheiro do córrego que “corta” a cidade é insuportável devido ao lançamento de resíduos da atividade coureira e, em Prados, a Prefeitura, em parceria com outras entidades, já está providenciando a construção de um galpão para o depósito dos resíduos sólidos para serem transportados para a incineração como alternativa para destino final. Porém, os gestores desta alternativa estão com dificuldades de convencer os geradores dos resíduos sobre a importância da ação em vista do custo que estes terão que arcar, o que vem sendo objeto de resistência para a sua implementação. Acreditam, os geradores de resíduos, que não custa nada jogar no Rio e Voçorocas, além do custo já internalizado pelo uso de química nos curtumes.

É nítido a necessidade de instrumentos de intervenção e ações ambientais, como nos diz LOUREIRO (1997), de conscientização que partam da realidade local e do cotidiano de

vida dos grupos sociais envolvidos, compreendendo o ambiente em seu sentido holístico, em um processo participativo que ressalte a dinâmica da relação do homem com todos os elementos do ambiente.

Com o agravamento dos desafios sociais, ambientais e econômicos numa escala global, torna-se necessário fazer uma revisão dos modelos de gestão pública, uma vez que a problemática é compreendida em nível global, mas os problemas sociais e ambientais devem ser combatidos em todos os níveis de governança, principalmente, em nível municipal, pois, é justamente onde são operadas as ações diretas da administração pública e, conseqüentemente, onde se constrói a realidade das pessoas numa determinada localidade. SCHENINI (2006)

Informa-nos OLIVEIRA (2003) a Gestão Ambiental, enquanto um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que atuam sobre o meio físico-natural e o meio construído, caracteriza uma prática que não é neutra. O Estado, ao intervir em um problema ambiental, enquanto um dos principais atores responsáveis pelas políticas de regulação, está na realidade, definindo quem na sociedade fica com os custos e quem fica com os benefícios resultantes das ações sobre o meio ambiente. Como o Estado brasileiro tem fortes características patrimonialistas, mais afeito a favorecer do que a direitos, a educação ambiental encontra nas próprias ações do Estado elementos característicos dos problemas sócioambientais que a desafiam. Dentre as iniciativas que surgem como resposta e auxílio temos o Programa Municípios Educadores Sustentáveis.

Há municípios no estado de Minas que já aderiram ao programa, como as cidades Estrela do Sul, Irai, Extrema, Camanducaia e outras. Contam com o apoio integral do Ministério do Meio Ambiente, através do Departamento de Educação Ambiental que atua sobre toda a capacitação e assessoramento das entidades parceiras do programa.

Neste contexto, a questão que se coloca para análise é: Como o modelo do Programa de Municípios Educadores Sustentáveis pode ser aplicado de forma a contribuir na Gestão Sócio Ambiental dos Municípios com clusters de Base artesanal da atividade coureira.

METODOLOGIA

Foram utilizados como recursos metodológicos, as pesquisas bibliográficas, documental e dados fornecidos por pessoas de entidades através de entrevistas presenciais.

Visitamos a cidade de Dolores de Campos, a qual não tem uma Secretaria Específica de Meio Ambiente, esta é substituída pela Secretaria de Saneamento, onde seu secretário nos recebeu e nos passou as informações necessárias.

Prados visitamos a Secretária de Meio Ambiente e Turismo, onde conversamos com o secretário e a presidente do CODEMA, além do curtume. Ambas as cidades são visitadas por mim desde 2002 devido a um projeto de extensão da UFSJ que faço e já conheço bem a realidade local em nível de saneamento, impactos ambientais, organizações e etc.

Em Camanducaia fomos recepcionados pela Secretaria de Obras e constatamos a não existência de uma Secretaria específica e nos encaminharam para o IEF, o qual nos recebeu muito bem nos repassando muitas informações sobre a proposta de desenvolvimento do Programa Municípios Educadores. Serão realizados retorno as entidades e apresentações em Seminários.

MUNICÍPIOS DA ATIVIDADE DE BASE ARTESANAL DE COURO

No cluster de base artesanal da atividade de couro de Prados e, sobretudo em Dolores de Campos a atividade de se produzir artigos de couro remonta ao século XIX (1835) os irmãos, Antônio da Silva e Manoel Justino da Silva fundaram uma indústria de selas no lugar chamado Povoador do Patusca, atual cidade de Dolores de Campos.

Dolores de Campos e Prados eram passagem de tropas e boiadas vindas principalmente do Rio de Janeiro em direção à capital de Minas Gerais, Ouro Preto. Ademais, o antigo Povoador do Patusca, mais tarde, Distrito de Dolores de Campos, desmembrou-se do Município de Tiradentes, então São José Del Rei e passou a integrar o município de Prados em 1890. São 10 Km que separam Prados de Dolores Campos. Essa proximidade justifica a existência de um cluster da atividade de couro. Atualmente a população das cidades, Dolores de Campos e Prados, juntas, estão próximos dos dezessete mil habitantes.

Um aspecto destacado é a preferência pelo trabalho. Segundo ABREU (2002) os envolvidos gostam da sua atividade, são unânimes em afirmar que gostam e que preferem trabalhar com a atividade coureira. Vinculam quase sempre a uma iniciativa de família, a razões históricas familiares e até ao aprendizado ainda na fase da infância. Mesmo com as dificuldades, um bom número ressalta que a atividade é lucrativa (curtumes). Entre os proprietários de curtume praticamente há unanimidade quando ao aspecto lucrativo da atividade. Ressaltam a dificuldade com o trabalho, por ser pesado, por exigir grandes investimentos, e ainda, mais recentemente pelas imposições do controle ambiental. Mas afirmam ter um bom retorno.

Um proprietário de curtume que mostrou as vantagens do couro sobre outros produtos, aponta alguns problemas:

“ O problema ambiental, a indústria é poluidora. Acredito que seja mais por perseguição, por interesse internacional. Porque existem outras atividades poluidoras e não se faz nada. As oscilações da economia dificultam. Mas isso é natural em um regime de mercado e temos que conviver com isso.(....)”

IMPACTOS AMBIENTAIS

SCHENINI (2006) fala que em um contexto globalizado e marcado pela destruição do meio ambiente e pelo aumento das desigualdades sociais, observam-se os constantes protestos e manifestações das populações insatisfeitas com as relações entre as pessoas, os seres humanos e a natureza e com a distribuição desigual dos benefícios decorrentes do capitalismo e cada vez mais tem se cobrado do Estado uma postura adequada, como agente regulador e promotor de estímulos necessários ao equilíbrio desse cenário conturbado.

Na área da gestão pública é mais explícito, pois implica atuação não só do estado, mas na congregação de todos os setores da sociedade, cabendo ao governo a responsabilidade de propiciar um ambiente mais adequado ao desenvolvimento dessa compreensão e vivencia, no papel de incentivador do processo de mudança em consonância com a sociedade.

A atividade coureira de base artesanal de Dores de Campos e Prados sobrevive desde o século XIX e tem sido fator que propicia trabalho, emprego e renda no âmbito das duas cidades. Em Dores, esta atividade é de grande significado e, atualmente, são desenvolvidos vários produtos de base artesanal de couro. Em Prados, desenvolve-se outros produtos, tais como, produtos de madeira, palha, cerâmica, ferro e latão. Prados, adicionalmente, apresenta um ótimo potencial turístico.

Na cidade de Dores, o cheiro do córrego que corta a cidade é insuportável devido ao lançamento de resíduos da atividade coureira como os produtos químicos, como o cromo, e restos de couro inervo (retalho de couro cru) ou wet blue (couro que é preparado com cromo), este que tem um grande impacto de poluição e envenenamento das águas e plantas, além de provocar mal cheiro.

A principal atividade econômica de Dores é artesanato em couro ela contém 10 curtumes, onde estes, através de denúncia na FEAM, foram vistoriados e multados para se adequarem. Porém até hoje há curtumes irregulares e somente um tenta a se adequar. Não se

tem uma Secretaria específica de Meio Ambiente e as atividades de cunho ambiental tem sido realizada pela Secretaria de Vigilância Sanitária que tem encontrado muita resistência, principalmente por parte do poder público, e não há leis municipais mais restritas e objetivas para área. Sendo que o prefeito também é proprietário de curtume, talvez isso justifique o não interesse na questão, pois não se tem o apoio desta liderança política em Dores.

Existem outros fatores de poluição como lixão a céu aberto, terrenos baldios, animais soltos e abandonados (eqüinos, bovinos e cachorros), existem iniciativas de trabalho de reciclagem e compostagem, porém somente de resíduos domésticos. A iniciativa está bem “tímida” iniciada nas escolas, porém sem apoio de autoridade ou outros movimentos.

Na cidade de Prados o lixo não havia aterro era em céu aberto, sendo que a média de resíduo doméstico é de 3 toneladas diárias. A principal atividade econômica da cidade é o artesanato em couro e madeira, além dos aspectos turísticos e agrícolas. Existe um único curtume e, mais ou menos, 36 oficinas (organizações que trabalham com atividade coureira) os resíduos de couro eram lançados em voçorocas e rios, pois os proprietários, segunda a Prefeitura, acreditavam que não faria mal e com o tempo iriam aterrar as voçorocas e os custos do descarte eram mínimos.

Atualmente a Prefeitura, em parceria com outras entidades, já está providenciando a construção de um galpão para o depósito dos resíduos sólidos para serem transportados para a incineração e aterro controlado como alternativa para destino final, em média, dos 1.650 quilos de resíduos de couro recolhidos de 15 em 15 dias. A Prefeitura cedeu o terreno, funcionários, balança, recolhem e depositam no galpão já construído para acumular um número considerável para levar a uma empresa de incineração em Lavras/MG. Porém, os gestores desta alternativa estão com dificuldades de convencer os geradores dos resíduos sobre a importância da ação em vista do custo que estes terão que arcar. Acreditam que não custa nada jogar no Rio e Voçorocas, para os geradores de resíduos, além do custo já internalizado pelo uso de química nos curtumes.

Existem outras iniciativas como a reestruturação do CODEMA, resgate da cultura local como o passeio a serra, projeto da Estrada Parque entre a Serra de Tiradentes e Prados e o Parque Ecológico Municipal. Porém não há conhecimento nenhum sobre a agenda 21 e outros projetos do governo, principalmente federal, além de não terem também leis bem mais específicas sobre o meio ambiente.

PROGRAMA MUNICÍPIOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS

O Programa Municípios Educadores Sustentáveis, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, propõe promover o diálogo entre os diversos setores organizados, colegiados, com os projetos e ações desenvolvidos nos municípios, bacias hidrográficas e regiões administrativas. Ao mesmo tempo, propõe dar-lhes um enfoque educativo, no qual cidadãs e cidadãos passam a ser editores/educadores de conhecimento socioambiental, formando outros editores/educadores, e multiplicando-se sucessivamente, de modo que o município se transforme em educador para a sustentabilidade. Seus objetivos são:

- Estimular e apoiar espaços coletivos dos municípios como espaços educadores, que formem cidadãs e cidadãos para a construção cotidiana da sustentabilidade e para a participação na gestão pública;
- Promover ações que propiciem constante e continuamente a educação dos indivíduos para atuarem e se auto-educarem contribuindo para a educação de outros na construção de sociedades sustentáveis;
- Estimular e apoiar em cada município a organização das instituições locais e a realização de parcerias para a construção de projetos educativos que conduzam à sustentabilidade;
- Criar indicadores regionais e sistemas de avaliação que permitam o monitoramento dos municípios e a obtenção do Certificado de participação e do Selo Município Educador Sustentável.

As vantagens que um município tem com esta transformação são inúmeras. Incluem a maior conservação de seu patrimônio natural e constituído, produzindo reflexos diretos na melhoria da qualidade de vida da população; o resgate da cidadania e do sentimento de identidade; e, ainda, a auto-confiança e a crença na capacidade humana de transformar a realidade. Mas podemos enumerar e especificar como segue:

1. O apoio e a orientação para o processo de transformação de seu modelo de gestão. A gestão centralizada vai sendo gradativamente substituída por uma gestão participativa e por um modelo de sustentabilidade local, que leve em conta a realidade do município.
2. O fortalecimento do governo local, que passa a exercer o papel de mediador, catalisador e coordenador do processo de gestão, dialogando com seus pares.
3. O incentivo à participação dos cidadãos e cidadãs e dos funcionários e funcionárias da administração pública em comitês, na perspectiva de assumirem o compromisso com a gestão municipal.

4. Um melhor conhecimento sobre a realidade local, em função da participação da sociedade na realização de diagnósticos, planejamentos, do Projeto Local Município Educador Sustentável e Programa Regional.
5. O fortalecimento da identidade, da auto-estima, da cidadania, do pertencimento e do grau de satisfação com a vida cotidiana, gerando melhoria da qualidade de vida.
6. O estímulo à formação de educadores ambientais, que terão o compromisso de formar novos educadores.
7. O apoio da Diretoria de Educação Ambiental/MMA aos encontros do Foro Deliberativo Regional, que constitui-se também em um espaço educador.
8. A pontuação diferenciada para instalação de Sala Verde como embrião de um Centro de Educação Ambiental que fomente o debate e o amadurecimento do ideário ambientalista no Município.
9. O Selo Município Educador Sustentável para todos aqueles que cumprirem as iniciativas mínimas e os objetivos delineados nos Foros Regionais.
10. O acesso aos outros Projetos e Programas do MMA, órgãos vinculados e parceiros.
11. O acesso ao SIBEA - Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental e salas de discussão especialmente criadas para os debates no Município e no Foro Regional.
12. E, outros que venham a ser agregados a partir das parcerias a serem estabelecidas pelo Programa Nacional e Programas Regionais.

A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMANDUCAIA

A iniciativa de algumas cidades do sul de Minas (Camanducaia, Itapeva e Vargem) e de São Paulo (Bragança Paulista e Extrema) tem dado grandes avanços na questões de articulação, parcerias e estratégias na questão da gestão e educação ambiental através do MÊS.

Dentre estas cidades temos como base o município de Camanducaia, este tem 17.365 habitantes, aos pés da Serra da Mantiqueira e suas principais atividades econômicas são a indústria e plantação de batatas.

No município não há uma secretaria específica de Meio Ambiente, este atualmente é responsabilidade da Secretaria de Obras e através da Lei Municipal n. 0551/2003 criou-se o Conselho Municipal de Meio Ambiente e também não há o CODEMA.

Em relação aos aspectos ambientais nesta cidade os principais problemas são: o lixo doméstico que não tem uma destinação correta, não se tem um aterro sanitário, tratamento de esgoto, agrotóxico e ar dos terrenos, de forma irregular, para atividade agrícola.

Observando as tendências e a realidade problema o município se une regionalmente com mais 4 municípios, outras entidades (públicas e privadas) e cidadãos para trabalharem os problemas que estes tem em comum e optaram em implantar o MÊS. Eles se dividem em comissões Regionais e Municipais e já foram feitas algumas reuniões, oficinas e atividades dentro das propostas do Programa de Municípios Educadores Sustentáveis e já estão fechando as etapas para implantação efetiva do mesmo.

Existem outras iniciativas como Área de Proteção Ambiental (APA) que é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. APA, segundo IEF de Camanducaia, é geralmente extensa, com um certo grau de ocupação humana, e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A APA Fernão Dias apresenta uma grande produção hídrica junto as bacias dos rios Jaguari, Sapucaí e Sapucaí-Mirim, que abastecem cidades dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo total de 8 municípios. Outra característica da região é a presença de importantes remanescentes de Mata Atlântica. É administrada pelo IEF de Camanducaia.

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

MODELOS DE RECICLAGEM

Com o crescimento acelerado das metrópoles, do consumo de produtos industrializados, e mais recentemente com o surgimento de produtos descartáveis, o aumento excessivo do lixo tornou-se um dos maiores problemas da sociedade moderna. Isso é agravado pela escassez de áreas para o destino final do lixo.

A sujeira despejada no ambiente aumentou a poluição do solo, das águas, do ar e agravou as condições de saúde da população mundial. O volume de lixo tem crescido assustadoramente. E uma das soluções imediatas seria reduzir ao máximo o seu volume e o consumo de produtos descartáveis, reutilizá-los e reciclá-los.

Felizmente, para a Natureza e para o homem, os resíduos podem ser, em geral, reciclados e parcialmente utilizados, o que traz grandes benefícios à comunidade, como a proteção da saúde pública e a economia de divisas e de recursos naturais.

O aterro sanitário é um processo de eliminação de resíduos sólidos bastante utilizado. Consiste na deposição controlada de resíduos sólidos no solo e sua posterior cobertura diária. Aterro é a disposição ou aterramento do lixo sobre o solo e deve ser diferenciado, tecnicamente, em aterro sanitário, aterro controlado e lixão ou vazadouro.

A incineração é um processo de decomposição térmica, onde há redução de peso, do volume e das características de periculosidade dos resíduos, com a conseqüente eliminação da matéria orgânica e características de patogenicidade (capacidade de transmissão de doenças) através da combustão controlada. A redução de volume é geralmente superior a 90% e em peso, superior a 75%.

A compostagem é o processo de reciclagem da matéria orgânica formando um composto, propicia um destino útil para os resíduos orgânicos, evitando sua acumulação em aterros e melhorando a estrutura dos solos. Esse processo permite dar um destino aos resíduos orgânicos domésticos, como restos de comidas e resíduos do jardim.

A compostagem é largamente utilizada em jardins e hortas, como adubo orgânico devolvendo à terra os nutrientes de que necessita, aumentando sua capacidade de retenção de água, permitindo o controle de erosão e evitando o uso de fertilizantes sintéticos.

Os materiais mais utilizados na compostagem são cinzas, penas, lixo doméstico, aparas de grama, rocha moída e conchas, feno ou palha, podas de arbustos e cerca viva, resíduos de cervejaria, folhas, *resíduos de couro*¹, jornais, turfa, acículas de pinheiro, serragem, algas marinhas e ervas daninhas.

ICMS ECOLÓGICO

Para LOUREIRO (2007), o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço) Ecológico tem representado um avanço na busca de um modelo de gestão ambiental compartilhada entre os Estados e municípios no Brasil, com reflexos objetivos em vários temas.

Criado pioneiramente no Paraná, em 1991, foi adotado também em nove Estados brasileiros e está em debate ou com anteprojetos de Lei em tramitação nas respectivas casas legislativas em sete outros estados. Trata da utilização de uma possibilidade aberta pelo artigo

¹ *Pó de couro é muito rico em nitrogênio e fósforo, pode ser abundante e barato.*

158 da Constituição Federal brasileira que permite aos Estados definir em legislação específica, parte dos critérios para o repasse de recursos do ICMS, que os municípios têm direito. Neste caso a denominação ICMS Ecológico faz jus na utilização de critérios que focam temas ambientais.

Nascido sob o argumento da compensação financeira aos municípios que possuíam restrição do uso do solo em seus territórios para o desenvolvimento de atividades econômicas clássicas.

CONCLUSÃO:

Sabemos que a maioria dos nossos problemas ambientais tem suas raízes em fatores sócio-econômicos, políticos e culturais, e que não podem ser previstos ou resolvidos por meio puramente tecnológicos.

Segundo, LOUREINO (1997), é inegável que a atual forma de interação entre os seres humanos e seu meio ambiente, dentro dos vigentes modelos socioeconômicos produtivista, tem resultado em desequilíbrio a nível ambiental, que hoje começam a ser sentidos intensamente por todos os indivíduos e sociedade. Cabe ressaltar que mesmo pautado numa análise qualitativa dos problemas presentes, há urgências em se modificar valores, hábitos e comportamentos, consolidando uma nova ética, uma “nova aliança” com a natureza.

Saliente-se, ainda, a união de esforços que se observa entre Municípios de pequeno porte, na elaboração de projetos conjuntos de disposição final de lixo e tratamento de esgotos, o que é possível e até mesmo desejável, beneficiando todos os entes envolvidos quanto ao repasse de recursos. Assim como os problemas ambientais não se circunscrevem a determinada região, também as ações devem desconhecer os limites geográficos. Um instrumento importante de articulação e força são as redes, nos diz ABREU & ALVES (2005), são sistemas organizacionais capazes de reunir pessoas e entidade entorno de objetivos comum. Assim temos como um grande aliado o Programa Municípios Educadores Sustentáveis, este devido seus objetivos, metodologia, dinâmica e por não ser um programa fechado muito contribuirá a estes municípios da atividade coureira.

Uma das ferramentas de transformação é a conscientização através da Educação e com ela é possível ter uma perspectiva de liberdade, mudanças de paradigmas e valores. Os Municípios da atividade coureira estão com ações isoladas e “tímidas” por falta de apoio da Gestão Pública, falta de políticas públicas mais específicas e eficientes, ausência de informações e focando somente no apoio público local. A ausência de informações ou

interesses prejudica a todos os envolvidos, pois existem possíveis soluções como vimos os aterros, incineração, compostagem e até benefícios fiscais.

Assim para uma melhor gestão ambiental são necessárias ações conjuntas que só serão possível com iniciativas coletivas de conscientização como, por exemplo, a Educação Ambiental.

Educação Ambiental, no trabalho de LOUREIRO (2006), não é uma perspectiva educacional homogênea, mas sim uma teia complexa de posicionamentos políticos, pedagógicos e ideológicos sobre a relação sociedade-agentes sociais-natureza (ou melhor, a respeito das relações sociais na natureza, sendo conformada em seu realizar preponderantemente, pelos movimentos sociais, sistema educacional e sistema ambiental que constituem o Estado.

Isso significa afirmar que toda e qualquer política pública, mesmo realizada em nome do bem comum, não é neutra, pois ao decidir a destinação de determinados bens materiais estabelece quem se beneficia preponderantemente ou quem fica à margem do processo, reproduzindo as relações sociais vigentes ou favorecendo a construção de canais de exercício democrático em busca de novos patamares societários LOUREIRO (2006) apud QUINTAS e GUALDA (1995), compatíveis com a perspectiva de “sociedades sustentáveis”.

Pelo exposto, fica evidente que não é aceitável se pensar em processos educativos ambientais ignorando a concretude dos agentes sociais envolvidos (seus interesses, necessidades, especificidades culturais e de classe, conflitos etc.) e os canais institucionais junto ao Estado para garantir democraticamente sua universalização e permanência nos programas educativos sejam estes formais ou não.

Uma política pública em Educação Ambiental exige a transparência e o fortalecimento do Estado, sob controle social, para se garantir: reversão dos processos privatistas-mercantis da educação; mobilização e organização popular para o atendimento a necessidades matérias básicas e a justiça distributiva; e problematizarão historicidade da realidade sociambiental e busca de alternativas econômicas com os grupos sociais, particularmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, garantindo a devida autonomia aos mesmos.

A situação do meio ambiente não só nos municípios que foram objetos de estudo, mas em todo planeta requer atenção especial, pois resulta, principalmente, de práticas econômicas insustentáveis que geram escassez, dificultam o acesso das comunidades aos recursos naturais e colocam em risco o equilíbrio ambiental. E para transformar esta realidade, é necessária a participação de toda a sociedade, integrada a um planejamento responsável por parte, principalmente, dos governos.

Há muito que fazer para reverter a atual situação ambiental e a sociedade brasileira tem nos municípios uma importante parcela de responsabilidade, através da Gestão Ambiental, na construção do futuro sustentável. O **Programa Municípios Educadores Sustentáveis** é mais um passo nessa direção.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, J. C., 2002, *Estratégia e oportunidades locais: um estudo sobre rede dinâmica em aglomerados de empreendedores de base artesanal*. Tese de D.Sc., COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

_____, O processo compartilhado, autodeterminado e solidário de incubação: uma introdução. In.: *Cooperativismo Popular e Redes Solidárias*. São Paulo: All Print, 2007.

_____. ALVES, Jean Carlos Machado. Uma Experiência no Desenvolvimento de uma Mobilização Social em Rede de Cooperação. *III Encontro Internacional de Economia Solidária: Desenvolvimento Local, Trabalho e Autonomia*. USP. São Paulo, 2005.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.

DENCKER, A.F.M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental Princípios e Práticas*. São Paulo: Gaia, 1992.

GRANDORI, R. E SODA, A. Inter-firm network: antecedents, mechanisms and forms. *Organization Studies*, 1995.

LOUREIRO, Carlos F. B. A educação ambiental junto às classes populares: condições teóricas e práticas essenciais para uma ação transformadora. *Caderno Pedagogia e Cultura*. Niterói, 6 (1/2): 147 – 158. jan./dez. 1997.

LOUREIRO, Carlos F. B. Aspectos Políticos e Pedagógicos da Educação Ambiental no Brasil: Um convite à reflexão. *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro. v 1. 44 – 83 p. set./out. 2006.

MANCE, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis : Ed. Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Aline Lourenço de. et al. *Economia Solidária: a quem pertence esse movimento?*
In.: *Cooperativismo Popular e Redes Solidárias*. São Paulo: All Print, 2007.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. *Cidadania e Educação Ambiental: uma proposta de educação no processo de gestão ambiental*. Brasília: IBAMA, 2003.

SCHENINI, Pedro Carlos (org.). *Planejamento, Gestão e Legislação Territorial Urbana: uma abordagem sustentável*. Florianópolis: FEPESE, 2006.

SCHÜÜR, Rafael Henrique. et. al. Uso de resíduos de couro *wet-blue* como componente de substrato para plantas. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.37, n.1, p.91-96, jan-fev, 2007

TURK, M.G.M.G. *Rede interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

VILLASANTE, T. *Redes e alternativas – Estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.

Sites: www.google.com.br. Acesso em 06/2007

DUARTE, Jorge (2000). *Redes sociais: as inter-relações organizadas*. Setor 3 . Disponível em <<http://www.setor3.com.br>>. Acessado em 06/2007.

GASEIFICADOR PARA RESÍDUOS DE COURO COM REAPROVEITAMENTO DE CROMO. Disponível em: < www.luftech.com.br/arquivos/case_premio.htm - 46k>. Acessado em: 06/2007

LAVILLE, J.L. (2003). *Práticas da economia solidária*. Cadernos Flem V. [on line]. Disponível em: <http://www.flem.org.br/cadernosflem/Artigos/Cadernos5/Cadernos5-PráticasEcoSolidária.pdf>. Acesso em 06/2007.

LOUREIRO, Wilson. *ICMS Ecológico - A consolidação de uma experiência brasileira de incentivo a Conservação da Biodiversidade*. Disponível em: < <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/artigos/icms.html>>. Acessado em: 06/2007

MANCE, E.A. (1999). *A Colaboração Solidária – compreendendo, transformando e conectando o que já existe*. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/correa2.htm>. Acessado em: 06/2007

Municípios Educadores Sustentáveis. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acessado em: 02.01.07.

PIRES, Éderson. *ICMS Ecológico*. Disponível em: < http://72.14.253.104/search?q=cache:rcqyL4lo22gJ:jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp%3Fid%3D2328+icms+ecologico&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br&lr=lang_pt>. Acessado em: 06/2007

RIBAS, Fábio (2003). *Rede: uma idéia transformadora e uma estratégia para o desenvolvimento social*. Redes Sociais. Disponível em < <http://www.prattein.com.br/>>. Acesso em 06/2007.

SILVA, Carlos Antônio(coord.)(2002). *Fundamentos e Paradigmas das redes*. Rede de informações para o terceiro setor. Disponível em <http://www.rits.org.br/redes_teste/>. Acesso em 06/2007.

SILVA, Carlos Antônio(coord.)(2002). *O que são redes*. Rede de informações para o terceiro setor. Disponível em < http://www.rits.org.br/redes_teste/>. Acesso em 06/2007.

SILVA, Carlos Antônio(coord.)(2002). *Tipologias de redes*. Rede de informações para o terceiro setor. Disponível em < http://www.rits.org.br/redes_teste/>. Acesso em 06/2007.

TORO, José Bernardo (2004). *O que é mobilização social?*. Disponível em < <http://www.remos.org.br/simconhe%E7a.htm#ms>>. Acesso em 06/2007